

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E DIREITOS HUMANOS

Profa. Ivanilda Junqueira

Ementa: Esta disciplina está pautada nos princípios do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Plano Nacional de Cultura e nas Diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos e na Resolução CNE/CP 1/2012, com o objetivo de provocar uma reflexão que promova, por meio da prática pedagógica, a implementação de pequenas ações rotineiras que contribuam para o alcance das metas previstas nos documentos supracitados. Serão abordados os aspectos históricos que culminaram nos marcos legais atuais, responsáveis pelas diretrizes das políticas de Cultura e de Direitos Humanos tal como preconizadas pelos respectivos planos.

Objetivos:

Apresentar a trajetória da história dos direitos humanos e sua relação com a criação de políticas públicas culturais.

Objetivos Específicos:

Analisar e discutir os documentos produzidos nos últimos anos que contemplam a criação das políticas públicas culturais;

Compreender a importância das políticas públicas culturais para a afirmação dos direitos humanos dos cidadãos;

Despertar o aluno para a importância de sua atuação no sentido de propor políticas públicas culturais voltadas para o desenvolvimento humano pautado pela democracia e justiça;

Contribuir para a formação de profissionais e educadores que atuem na área das Políticas Públicas Culturais e dos Direitos Humanos de forma que possam contribuir para a construção da cidadania;

Destacar a importância da inclusão de estratégias de sustentabilidade nos processos culturais.

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".

(Artigo 1º Declaração Universal dos Direitos do Homem. 1948)

Para falarmos de Direitos Humanos, é importante iniciarmos uma reflexão sobre "desenvolvimento humano sustentável". Sabemos que a sociedade contemporânea tem enfrentado sérios problemas no que diz respeito ao desenvolvimento humano sustentável. As diversas crises que atingiram e atingem o mundo globalizado têm deixado como consequência a exclusão social, a não garantia da cidadania e dos direitos humanos, a violência e a criminalidade, que, ao não serem tratadas como um problema social que requer políticas públicas inclusivas, resultam em efeitos diretos sobre a democracia, a cidadania, a criminalidade e os direitos humanos. Por isso, é que se faz necessário refletir sobre a criação de mecanismos para a promoção e proteção dos direitos humanos. Mas, afinal, o que são Direitos Humanos?

Direitos humanos são direitos e liberdades a que todos têm direito, não importa quem sejam nem onde vivam. Para viver com dignidade, os seres humanos têm o direito de viver com liberdade, segurança e um padrão de vida decente. "Os direitos humanos não precisam ser conquistados – eles já pertencem a cada um de nós, simplesmente por sermos seres humanos. Não podem ser retirados de nós – ninguém tem o direito de privar qualquer pessoa de seus direitos" (GREGORI, 1999).

Entretanto, percebe-se uma grande diversidade de significados, sentidos e interpretações, sobre a concepção de direitos humanos ao longo da história, sendo a universalidade, um dos únicos consensos entre os estudiosos sobre o assunto. "Pela universalidade, entende-se a proposição de que todas as pessoas, independentemente de sua condição étnico-racial, econômica, social, de gênero, criminal são sujeitas e detentoras dos direitos humanos" (SANTOS, 1991). Alguns dicionários definem a palavra direito como um privilégio a que todo ser humano tem acesso e se torna um instrumento de proteção contra possíveis injustiças e maus tratos. Os direitos humanos são conhecidos pela maioria das pessoas?

Muitas pessoas têm consciência dos seus direitos, sabem que têm o direito à alimentação e a um lugar seguro onde morar, direito de receber um salário pelo seu trabalho. No entanto, para além disso, existem muitos outros direitos, e, quanto eles não são conhecidos, possibilita que abusos como a discriminação, a intolerância, a injustiça, a opressão possam surgir.

HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Há 500 anos a.C., só possuíam direitos os indivíduos que pertenciam a um determinado grupo. Um dos documentos mais antigos que vinculou os direitos humanos é o Cilindro de Ciro, uma peça de argila que contém uma declaração do rei persa após a conquista da Babilônia em 539 a.C. O objeto foi considerado a primeira declaração dos direitos humanos na história e foi descoberto em 1879. A inscrição no Cilindro de Ciro consiste em quarenta e cinco linhas de um texto escrito em grafia acadiana cuneiforme. Em 1971, a sua tradução foi feita pela ONU em todos os seus idiomas oficiais. O texto apresenta características inovadoras, especialmente em relação à religião. Nele era declarada a liberdade de religião e abolição da escravidão. Tem sido valorizado positivamente por seu sentido humanista e talvez por isso tenha sido declarado como a primeira declaração de direitos humanos.



O cilindro de Ciro em sua parte frontal. Encontra-se atualmente na sala 55 do Museu Britânico, em Londres. Fonte: Wikipedia

A partir daí, a concepção de direitos humanos se transformou e a luta por justiça no mundo se ampliou. Na contemporaneidade, percebe-se a incorporação de novas reivindicações, entretanto, tem sido mantida a expectativa de que é possível a construção de uma sociedade cujos membros tenham garantidas "condições igualitárias de convivência social e de distribuição dos bens acumulados pelo ser humano a todos os indivíduos, considerando que todos são detentores de direitos essenciais, indispensáveis à convivência social" (SANTOS, 1991). Vem daí a importância dos direitos humanos, pois eles são fundamentais e inalienáveis por comportarem os pressupostos necessários para a garantia do direito a uma vida digna.

O mundo tem passado por grandes transformações e a concepção moderna dos direitos humanos tem suas raízes nas transformações socioculturais e filosóficas advindas do Iluminismo Europeu, movimento intelectual e cultural que ganha força e projeção, principalmente, a partir dos séculos XVII e XVIII. É no evento do Iluminismo que os fundamentos da dominação sofrem um abalo com o império da razão sobre a fé, a centralidade do ser humano nas explicações filosóficas. É, neste contexto histórico que são pensados os fundamentos conceituais dos direitos humanos. Santos (1991) argumenta que tal processo não deixa de ter conexões com o campo social. A

principal delas consiste em ressaltar a ideia de igualdade, política e civil, entre os seres humanos.

A Revolução Francesa de 1789 constitui um acontecimento histórico profundamente simbólico das lutas sociais em prol de uma sociedade menos desigual. Liberdade, igualdade e fraternidade, seus lemas célebres, influenciaram e foram influenciados, em certa medida, pelos fundamentos da noção original dos direitos humanos. Uma das principais contribuições da Revolução foi a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembléia Nacional Constituinte francesa, em 26 de Agosto de 1789. Ela é um marco relevante na construção de uma noção de igualdade, principalmente civil e política (SANTOS, 1991).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é considerada o documento mais importante no que diz respeito a essa garantia dos direitos humanos. Ela foi elaborada após os horrores das duas guerras mundiais, dos regimes totalitários, das tentativas de extermínio dos judeus e demais povos considerados inferiores, enfim, após graves desrespeitos aos direitos humanos. "Mas será que é a partir de suas violações, isto é, justamente por sua ausência, é que os direitos humanos podem ser definidos? Somente ao serem negados é que eles são exigidos?" (SANTOS, 1991).

É possível pensar que os direitos humanos passaram a ser respeitados após a Declaração Universal de 1948?

Infelizmente não. Ela "desencadeou um processo de mudança no comportamento social e a produção de instrumentos e mecanismos inter- nacionais de direitos humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico dos países signatários" (PNDH, 2008, p. 21). Esse processo resultou na base dos atuais sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos. No entanto, no que se refere às violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos, quanto na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, pode-se dizer que muito há para ser feito. Outro aspecto a ser destacado é "o agravamento na degradação da biosfera, a generalização dos conflitos, o crescimento da intolerância

étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras, mesmo em sociedades consideradas historicamente mais tolerantes, como revelam as barreiras e discriminações a imigrantes, refugiados e asilados em todo o mundo" (PNDH, 2008, p. 21). A Declaração oferece um parâmetro mínimo de julgamento, um indicador de monitoramento das violações e de controle social dos atos estatais, entretanto, ainda é preciso percorrer um longo caminho para avançarmos no sentido da efetivação dos direitos.

Algumas questões podem ter permeado os debates relativos à problemática da igualdade e dos direitos humanos, tais como o processo de globalização neoliberal excludente e as diferenças e do multiculturalismo, em tempos de uma mundialização com pretensões monoculturais. Vera Maria Candau (2008) argumenta que a relação entre questões relativas à justiça, redistribuição, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referidas ao reconhecimento de diferentes grupos culturais se faz cada vez mais estreita. Ela ressalta que "a problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, amplia-se e, cada vez mais, afirma-se a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais" (CANDAU, 2008, p. 46).

Os debates acerca destas questões continuam em pauta e alguns resultados têm sido positivos, pois vários acordos e tratados internacionais têm orientado a promoção e garantia dos direitos humanos nos países em todo o mundo. Entretanto, para que esse objetivo seja alcançado, será necessário que haja o envolvimento e mobilização da sociedade e de suas organizações, para consolidar a democracia nos contextos nacionais.

Dentre os avanços mais importantes para a efetivação dos direitos humanos no mundo e no Brasil, podem ser citados:

1215: A Magna Carta — que deu novos direitos às pessoas e tornou o rei sujeito à lei;

1628: A Petição de Direito — que definiu os direitos do povo;

1789: Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão;

- 1948: Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- 1948: Convenção contra o Genocídio;
- 1949: Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição por Outros;
- 1950: Convenção Europeia de Defesa dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais;
- 1951: Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados;
- 1956: Convenção Complementar sobre Abolição da Escravidão;
- 1965: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial;
- 1966: Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- 1976: Pacto Internacional Relativo aos Direitos Cíveis e Políticos;
- 1979: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher;
- 1984: Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes;
- 1988: Constituição Federal do Brasil;
- 1989: Convenção sobre os Direitos da Criança;
- 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 1994: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher;
- 1998: Programa Nacional de Direitos Humanos I;
- 2001: Declaração de Durban - Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata;
- 2002: Programa Nacional de Direitos Humanos II;
- 2003: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- 2006: Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Maria da Penha.

Alguns fatores têm influenciado novas demandas por direitos, entre os quais cabe destacar:

- a) o incremento da sensibilidade e da consciência sobre os assuntos globais por parte de cidadãos(ãs) comuns;
- b) a institucionalização de um padrão mínimo de comportamento nacional e internacional dos Estados, com mecanismos de monitoramento, pressão e sanção;
- c) a adoção do princípio de empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis (mulheres, negros(as), povos indígenas, idosos(as), pessoas com deficiência, grupos raciais e étnicos, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, entre outros);
- d) a reorganização da sociedade civil transnacional, a partir da qual redes de ativistas lançam ações coletivas de defesa dos direitos humanos (campanhas, informações, alianças, pressões etc.), visando acionar Estados, organizações internacionais, corporações econômicas globais e diferentes grupos responsáveis pelas violações de direitos.

Procurando atender tais demandas e promover a defesa, o respeito e a valorização desses direitos, é que se torna urgente e necessário educar em direitos humanos como forma de assegurar que cada indivíduo possa compreender a importância da convivência pacífica e do respeito mútuo; possa reconhecer a necessidade de fortalecimento de uma sociedade democrática. A democracia, entendida como regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização dos direitos. Para o exercício da cidadania democrática, a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, requer a formação dos(as) cidadãos(ãs) (PNDH, 2008, p. 24).

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Para contar a história dos Direitos Humanos no Brasil é necessário retomar a história das constituições brasileiras.

Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira e de acordo com ela, a inviolabilidade dos direitos civis e políticos baseavam-se na liberdade, na segurança individual e, como não poderia deixar de ser, na propriedade. Entretanto, o texto constitucional provocou repúdio de inúmeras pessoas porque não contou com a participação da sociedade brasileira.

Na Constituição de 1901, foi instituído o sufrágio direto para a eleição dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República, no entanto, determinava, também, que os mendigos, os analfabetos, os religiosos, não poderiam exercer tais direitos políticos. Além disso, ela aboliu a exigência de renda como critério de exercício dos direitos políticos.

A Revolução de 1930 provocou um total desrespeito aos Direitos Humanos, que foram praticamente esquecidos. O Congresso Nacional e as Câmaras Municipais foram dissolvidos, a magistratura perdeu suas garantias, suspenderam-se as franquias constitucionais e o habeas corpus ficou restrito a réus ou acusados em processos de crimes comuns.

O descontentamento por parte da sociedade brasileira com o desrespeito aos Direitos Humanos foi responsável pela eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, que resultou na nomeação, pelo governo provisório, de uma comissão para elaborar um projeto de Constituição, comissão esta que, por reunir-se no Palácio do Itamarati, recebeu o nome de "a comissão do Itamarati". A participação popular, no entanto, ficou por demais reduzida em razão da censura à imprensa.

Entretanto, apesar desta censura, a Constituição de 1934 determinou que a lei não poderia prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; vedou a pena de caráter perpétuo; proibiu a prisão por dívidas, multas ou custas; criou a assistência judiciária para os necessitados (assistência esta, que ainda hoje, não é observada por grande parte dos Estados brasileiros); instituiu a obrigatoriedade de comunicação imediata de qualquer prisão ou detenção ao juiz competente para que a relaxasse, se ilegal, promovendo a responsabilidade da autoridade coatora, além de várias outras franquias estabelecidas.

Além dessas garantias individuais, a Constituição de 1934 inovou ao estatuir normas de proteção social ao trabalhador, proibindo a diferença de salário para um mesmo trabalho, em razão de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; proibindo o trabalho para menores de 14 anos de idade, o trabalho noturno para os menores de 16 anos e o trabalho insalubre para menores de 18 anos e para mulheres; determinando a estipulação de um salário mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador, o repouso semanal remunerado e a limitação de trabalho a oito horas diárias que só poderão ser prorrogadas nos casos legalmente previstos, além de inúmeras outras garantias sociais do trabalhador.

No "Estado Novo" os direitos humanos sofrem mais um golpe. Foram criados os Tribunais de exceção, que tinham a competência para julgar os crimes contra a segurança do Estado. Nesta época, foi declarado estado de emergência no país, ficaram suspensas quase todas as liberdades a que o ser humano tem direito, dentre elas, a liberdade de ir e vir, o sigilo de correspondência (uma vez que as mesmas eram violadas e censuradas) e de todos os outros meios de comunicação, sejam orais ou escritos, a liberdade de reunião dentre outros. Os Direitos Humanos praticamente não existiram durante os, quase, oito anos em que vigorou o "Estado Novo".

Com a Constituição de 1946, o país foi, "redemocratizado", já que essa constituição restaurou os direitos e garantias individuais, sendo estes, até mesmo ampliados, do mesmo modo que os direitos sociais. De acordo com estes, foi proibido o trabalho noturno a menores de 18 anos, estabeleceu-se o direito de greve, foi estipulado o salário mínimo capaz de atender as necessidades do trabalhador e de sua família, dentre outros demais direitos previstos.

Os direitos culturais também foram ampliados e essa Constituição vigorou até o surgimento da Constituição de 1967, no entanto sofreu várias emendas e teve a vigência de inúmeros artigos suspensa por muitas vezes por força dos Atos Institucionais de 9 de Abril de 1964 (AI-1) e de 27 de outubro de 1965 (AI-2), no golpe, autodenominado "Revolução de 31 de março de 1964". Apesar de tudo isso, podemos afirmar que, durante os quase 18 anos de duração, a Constituição de 1946 garantiu os Direitos Humanos.

A Constituição de 1967, porém, trouxe inúmeros retrocessos, suprimindo a liberdade de publicação, tornando restrito o direito de reunião, estabelecendo foro militar para os civis, mantendo todas as punições e arbitrariedades decretadas pelos Atos Institucionais. Hipocritamente, a Constituição de 1967 determinava o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário, no entanto na prática, tal preceito não existia. Quanto aos demais direitos, a constituição brasileira de 1967, teve outros retrocessos: reduziu a idade mínima de permissão para o trabalho, para 12 anos; restringiu o direito de greve; acabou com a proibição de diferença de salários, por motivos de idade e de nacionalidade; restringiu a liberdade de opinião e de expressão; recuou no campo dos chamados direitos sociais, etc.

A Constituição de 1967 vigorou, formalmente, até 17 de outubro de 1969, com a nova Constituição. Na prática, foi baixado o mais terrível Ato Institucional, o AI-5, o que mais desrespeitou os Direitos Humanos no País, provocando a revolta na sociedade civil, jovens, estudantes, etc, acarretando a ruína da Constituição de 1967. O AI-5 trouxe de volta todos os poderes discricionários do Presidente, estabelecidos pelo AI-2, além de ampliar tais arbitrariedades, dando ao governo a prerrogativa de confiscar bens, suspendendo, inclusive, o habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

A vigência do AI-5, foi um longo período de arbitrariedades e corrupções. A tortura e os assassinatos políticos foram praticados de forma bárbara, com a garantia do silêncio da imprensa, que encontrava-se praticamente amordaçada e as determinações e "proteções legais" do AI-5. Tanto foi assim, que a Constituição de 1969 somente começou a vigorar, com a queda do AI-5, em 1978. A constituição de 1969 retroagiu, ainda mais, já que teve incorporadas ao seu texto legal, as medidas autoritárias dos Atos Institucionais. Não foram respeitados os Direitos Humanos.

A anistia conquistada em 1979, não aconteceu da forma que era esperada, já que anistiou, em nome do regime, até mesmo os criminosos e torturadores. No entanto, representou uma grande conquista do povo.

A Constituição de 1988 veio para proteger, talvez tardiamente, os direitos do homem. Ulisses Guimarães afirmava que a Constituição de 1988 era uma "Constituição

cidadã", porque ela mostrou que o homem tem uma dignidade, dignidade esta que precisava ser resgatada e que se expressa, politicamente, como cidadania.

Questões referentes à dignidade da pessoa humana, vem tratadas na Constituição de 1988, já no preâmbulo, quando este fala da inviolabilidade à liberdade e, depois, no artigo primeiro, com os fundamentos e, ainda, no inciso terceiro (a dignidade da pessoa humana), mais adiante, no artigo quinto, quando fala da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade.

Essa Constituição fixou os direitos humanos como um dos princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil (artigo 4º, inciso II). O texto reconhece ainda, como tendo status constitucional, os direitos e garantias contidos nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, que não tenham sido incluídos no artigo 5º da Constituição.

O Brasil é signatário dos mais importantes tratados internacionais de direitos humanos tanto na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU) como da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre os quais o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; e a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. O País não tem reservas a qualquer desses instrumentos jurídicos.

Segundo o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Brasil teve um destacado papel na preparação e realização da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, onde presidiu o comitê de redação da Declaração e do Programa de Ação, adotada consensualmente pela conferência em 25 de junho de 1993. Em 1996, assumiu a presidência da 52ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Entre as principais situações violadoras de direitos humanos presentes em nossa conjuntura, é importante destacar a permanência de índices intoleráveis de violência em 2005. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, interveio para garantir que não houvesse impunidade nem deixasse de

haver o devido processo sobre um número de casos que não se reduziu em relação aos anos anteriores. Infelizmente, as denúncias não arrefeceram e a situação em todo o país é muito preocupante.

Algumas ações foram tomadas com o objetivo de garantir a efetivação dos direitos humanos no Brasil. No que diz respeito às ações da CDHM, ressalta-se a criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, a criação da Rede Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, e a realização do Encontro Nacional de Direitos Humanos.

O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa é um espaço de atuação da sociedade civil em parceria com o Poder Legislativo, para influir no sentido da promoção dos direitos humanos em questões com dimensão internacional. A proposta nasceu numa audiência pública da CDHM, em 28 de setembro de 2005, e conta com a participação de ONGs, instituições de Estado com responsabilidades na área, além de organismos internacionais

A Rede Parlamentar Nacional de Direitos Humanos articula as 26 comissões de direitos humanos das Assembleias Legislativas e de cerca de 80 comissões de Câmaras Municipais. Com essa rede, algumas ações têm sido estendidas para todo o país, ampliando os efeitos de algumas campanhas e compartilhado conhecimentos, inclusive com a produção de um manual que orienta o parlamentar a atuar em defesa dos direitos humanos nos municípios, nos estados e em nível federal.

A construção do Plano Nacional de Educação em Direitos humanos, que teve seu início em 2003, vai ao encontro dessa rede de ações e tem como objetivo orientar a formação do sujeito de direitos articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos nacional, internacional e local;
- b) a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência crítica cidadã capaz de se fazer presente em todos os níveis cognitivo, social, ético e político;

d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados e fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2008, p.25).

Foi considerando tais dimensões que a disciplina Políticas Públicas Culturais e Direitos Humanos, do Curso de Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania - Modalidade EAD, foi estruturada.

SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz (PNEDH, 2008).

É o resultado de uma articulação institucional envolvendo os três poderes da República, especialmente o Poder Executivo (governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) e Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de educação em direitos humanos, são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por órgãos e entidades públicas e privadas.

Em 2003, foi criado o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR, formado por especialistas,

representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais. Neste mesmo ano, teve início o processo de elaboração do PNEDH, sendo que sua primeira versão foi lançada pelo MEC e a SEDH com o intuito de orientar a implementação de políticas públicas, programas e ações comprometidas com a cultura de respeito e promoção dos direitos humanos.

O processo de elaboração do PNEDH ocorreu democraticamente contando com a participação da sociedade por meio de debates estabelecidos em encontros, seminários e fóruns em âmbito internacional, nacional, regional e estadual. A sua difusão ocorreu através de encontros estaduais que resultaram em contribuições de representantes da sociedade civil e do governo visando o aperfeiçoamento e ampliação do documento.

Em 2006, foi concluído um trabalho que precedeu este documento, sob a responsabilidade de uma equipe de professores e alunos de graduação e pós-graduação, selecionada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), instituição vencedora do processo licitatório simplificado lançado pela SEDH/PR, em parceria com a UNESCO. A referida equipe teve as atribuições de sistematizar as contribuições recebidas dos encontros estaduais de educação em direitos humanos; apresentar ao CNEDH as propostas consolidadas; coordenar os debates sobre as mesmas, em seminário organizado no Rio de Janeiro, e formular uma versão preliminar do PNEDH, apresentada ao Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Coube ao Comitê Nacional, a análise e a revisão da versão que foi distribuída para os participantes do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, realizado no mês de setembro em Brasília. A partir daí, o documento foi submetido à consulta pública via internet e posteriormente revisado e aprovado pelo CNEDH, o qual se responsabilizou por sua versão definitiva PNEDH, 2008, 12).

O PMEDH, conforme estabelecido no artigo 2º, tem como objetivos balizadores:

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;
- c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;

d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito;

e) construir, promover e manter a paz.

Segundo os pressupostos do PNEDH, a educação em direitos humanos, ao longo de todo o processo de redemocratização e de fortalecimento do regime democrático, tem buscado contribuir para dar sustentação às ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, e de reparação das violações. A consciência sobre os direitos individuais, coletivos e difusos tem sido possível devido ao conjunto de ações de educação desenvolvidas, nessa perspectiva, pelos atores sociais e pelos(as) agentes institucionais que incorporaram a promoção dos direitos humanos como princípio e diretriz.

Sua implementação visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país. Essa ação prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais. Em relação à cultura, demanda-se a igualdade e a plena oferta de condições para a expressão e fruição culturais. Entretanto, para que tais direitos sejam incorporados ao cenário político e social brasileiro considera-se necessário a criação de um estatuto legal dos direitos culturais, em nível nacional e internacional.

Se assim compreendemos, então, de que forma podemos articular direitos humanos e políticas públicas culturais?

Conforme argumenta Bucci (2001), pode-se partir de uma definição provisória de políticas públicas como programas de ação governamental voltados para a concretização dos direitos. Considerando que uma das características do movimento de ampliação do conteúdo jurídico da dignidade humana é a multiplicação das

demandas por direitos, pode-se afirmar que há uma estreita relação entre políticas públicas e direitos humanos.

As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Segundo uma definição estipulada, toda política é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Os elementos das políticas públicas são o fim da ação governamental, as metas nas quais se desdobra esse fim, os meios alocados para a realização das metas e finalmente, os processos de sua realização (BUCCI, 2001, 13).

É, neste sentido, que se investiu na formulação do Plano Nacional de Cultura.

PLANO NACIONAL DE CULTURA

O Brasil é um país extenso territorialmente e portador de uma diversidade cultural muito grande.

Para compreendermos o processo histórico de criação das políticas públicas culturais no Brasil é importante nos reportarmos à obra de Tolentino (2007). Conforme nos diz o autor, a forte influência estatal nos diversos âmbitos da vida dos habitantes do Brasil- Colônia e do Brasil-Império era evidente, especialmente, no final do século XIX e início do século XX, onde se via no país uma valorização da cultura erudita. Já haviam sido criados, quando da chegada de D. João VI e mudança da corte portuguesa para o Brasil, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estas foram as primeiras instituições culturais brasileiras, cuja importância se deve ao fato de terem a incumbência de reunir a documentação e obras artísticas, que registrasse a história do recente Estado e atestasse a grandeza cultural da nação brasileira (TOLENTINO, 2007, 14-18).

Entretanto, somente na década de 1930, com a reformulação de políticas públicas, a ampliação dos serviços ofertados pelo Estado e a valorização da cultura popular, que começam a surgir no país as primeiras políticas de cultura, muito

assentadas nas ações de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, como preconizava a Constituição Federal de 1934.

Tal Constituição foi a primeira a tratar da proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico brasileiro. É importante destacar que a década de 30 inseriu ingredientes novos no panorama cultural brasileiro.

A partir da revolução de 30, o Estado varguista, fortalecido e ampliado, passou a interferir nas relações de trabalho, nos sistemas de educação e saúde, no movimento estudantil e, inclusive, na organização da cultura. As evidências da interferência do Estado na área cultural podem ser observadas através do Decreto de criação do Curso de Museus (1932), do Decreto que elevou Ouro Preto à categoria de monumento nacional (1933), do Decreto que organizou o serviço de inspeção dos monumentos nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional (1934), da Lei que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o Museu Nacional de Belas Artes (1937) instituiu o tombamento e se transformou no mais importante documento legal, ainda em vigor, referente à preservação dos bens culturais.

Durante o regime militar, do mesmo modo que em períodos anteriores, a produção e regulação da cultura foram centralizadas nos órgãos do Estado. O cinema, por exemplo, tornou-se por excelência produto do governo. Em 1966, foi criado o Instituto Nacional do Cinema, embrião da Empresa Brasileira de Filmes – Embrafilme, instituída em 1969. Ou seja, o Estado passou a coordenar a produção cinematográfica, atuando como co-produtor e distribuidor, deixando de ser simplesmente o mediador e regulador da área.

Foi também durante o governo militar que se esboçou, pela primeira vez, uma política oficial de cultura, envolvendo vários setores da atividade cultural. Entre fins de 1960 e início de 1970, foi criado o Plano de Ação Cultural, que definia as metas para buscar resultados mais diretos na cultura. Para Tolentino (2007), somente após o período militar, a cultura passou a atrair a atenção empresarial, tornando-se um grande negócio. Nesse sentido, as ações do Estado para cultura se consolidaram a partir de 1980, quando se criou o Ministério da Cultura - MinC. Desse momento em

diante, a cultura passou a ser considerada como tema de debate econômico, político e social.

Considerando o exposto acima, é possível observar que o processo de oficialização da cultura como tema de política pública do Estado no Brasil teve seu início nos anos 1930. Nos anos 1980, novas possibilidades surgiram com a criação do Ministério da Cultura, que foi desvinculado do Ministério da Educação. Tolentino (2007) destaca que:

Anteriormente à Constituição Federal de 1988 – CF/88, a primeira experiência de delimitação de incentivo à cultura por meio de renúncia fiscal no ordenamento jurídico brasileiro pode ser encontrada na Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney. Essa lei dispunha sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico e definia, por meio de suas disposições, procedimentos para doação, patrocínio e investimento na área cultural e seus campos de abrangência. Antes da Lei Sarney, as empresas doavam recursos a projetos culturais sem nenhuma contrapartida direta; o único incentivo era o retorno de imagem. Após a CF/88, foi editada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet. Essa Lei restabelece os princípios da Lei nº 7.505/86 e cria o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. As finalidades e objetivos do Pronac previstos em lei são inspirados nos artigos 215 e 216 do texto constitucional e, para cumpri-los, o Programa prevê dois mecanismos básicos de apoio a projetos culturais: O Fundo Nacional de Cultura - FNC e o Incentivo a Projetos Culturais – Mecenato, já explicitados acima. Dois anos após a edição da Lei Rouanet, foi promulgada a Lei nº 8.685/93, conhecida como Lei do Audiovisual. Utilizando a mesma sistemática da Lei Rouanet, o governo passa a conceder isenção fiscal a investidores em produções audiovisuais, concentrando a captação de recursos para o cinema (TOLENTINO, 2008, 13).

Em 2003, o Ministério da Cultura propôs um projeto para alterar a Lei Rouanet. De junho a agosto de 2003, o Ministério da Cultura promoveu o conjunto de seminários “Cultura para Todos”, com o objetivo de discutir e propor um novo modelo de financiamento da cultura. Os seminários aconteceram em 15 cidades brasileiras e envolveram artistas, produtores culturais, servidores do próprio Ministério e secretários de cultura de todo o país (TOLENTINO, 2007).

A partir de 2003, uma série de políticas públicas foram criadas, assim como o Plano Nacional de Cultura - previsto na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional n. 48, em 2005. A metodologia adotada para a sua concepção previu a realização de uma série de seminários pelo país, um amplo debate por meio da internet. Com o desenvolvimento dessas atividades foi possível que o Legislativo e o Executivo agregassem à "formulação do PNC o conhecimento e a experiência dos indivíduos e redes sociais que vivem a cultura brasileira, qualificando o debate público e as políticas culturais" (PNC, 2006).

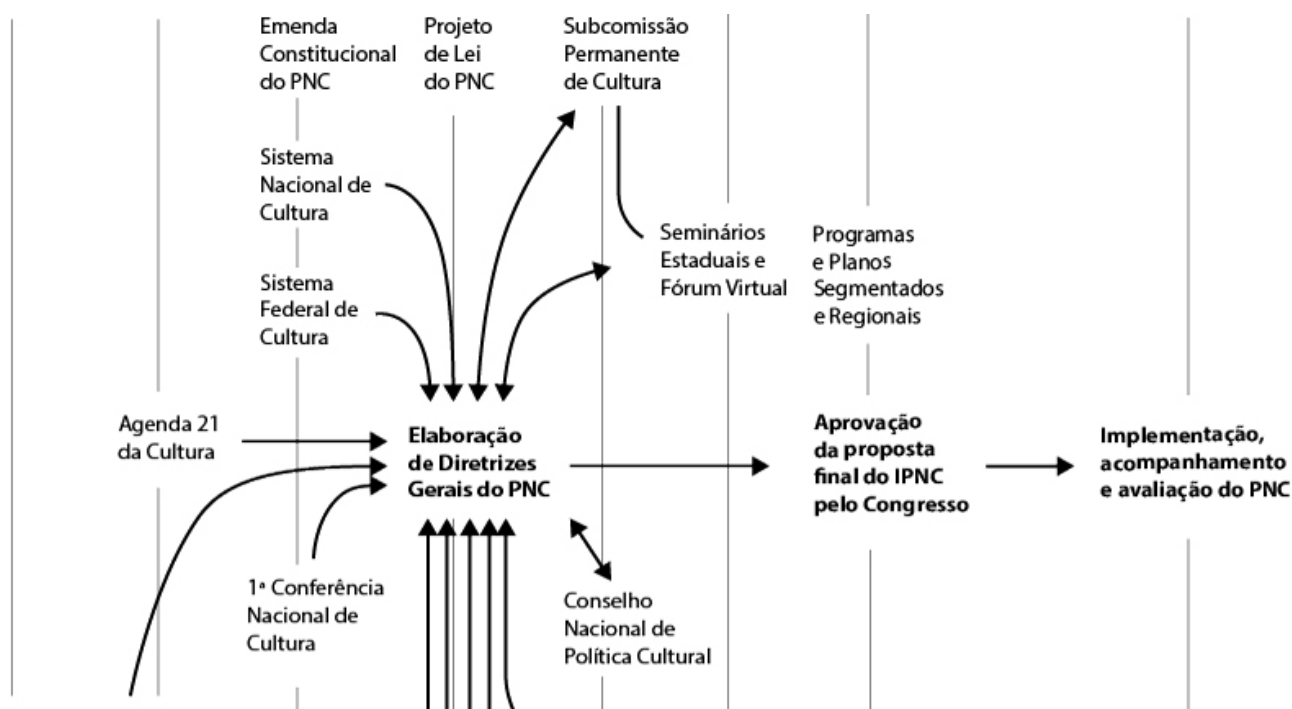
Todo esse processo resultou na aprovação pelo Congresso Nacional, em 2010, do primeiro Plano Nacional de Cultura. Um plano decenal que tem como um dos principais objetivos o de marcar o efetivo ingresso da área da cultura no campo das políticas públicas. A sua construção teve como ponto de referência as propostas de diretrizes deliberadas na primeira Conferência Nacional de Cultura, e pelos dados coletados por meio de inúmeras consultas públicas realizadas com variados grupos nas mais diversas regiões do país. O PNC apresenta como premissa principal que:

A igualdade e a plena oferta de condições para a expressão e fruição culturais são cada vez mais reconhecidas como parte de uma nova geração dos direitos humanos. Mas, para que tais direitos sejam incorporados ao cenário político e social brasileiro é necessário que um amplo acordo entre diferentes setores de interesse defina um referencial de compartilhamento de recursos coletivos. O estatuto legal dos direitos culturais, em nível nacional e internacional, necessita portanto, ser fortalecido por consensos que garantam sua legitimidade. O Plano Nacional de Cultura (PNC) representa um importante passo nessa direção (PNC-DIRETRIZES, 2008, 10).

O processo de construção do PNC considerou "as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações geográficas, origens étnicas, faixas etárias e demais situações identitárias" (PNC-DIRETRIZES, 2008, p. 10), pois é visível a grande diversidade cultural e social existente no Brasil. Por isso, a proposta de criação de um Plano Nacional de Cultura para o país deve levar em consideração o "dever de fomentar o pluralismo, coibir efeitos das atividades econômicas que debilitam e ameaçam valores e expressões dos grupos de identidade e, sobretudo, investir na promoção da equidade e universalização do acesso à produção e usufruto dos bens e serviços culturais" (PNC-

DIRETRIZES, 2008, p. 10). Propôs-se transcender as linguagens artísticas por acreditar que a diversidade cultural é o maior patrimônio da população brasileira, sendo que a criação do PNC articulou as diversas dimensões da cultura: dimensão simbólica; dimensão cidadã e dimensão econômica.

A elaboração do PNC ocorreu em conformidade com o artigo 215 da Constituição Brasileira e se orienta pela determinação de que: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. A estrutura do documento é composta de cinco capítulos, sendo que 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações são enunciadas em cada um destes capítulos. Foram previstas uma série de ações, medidas e procedimentos através dos quais deverão ser estabelecidas as relações dos governos municipais com o governo federal. No que diz respeito ao Sistema Nacional de Cultura, previu-se que a adesão voluntária dos municípios e o repasse de recursos, preferencialmente, através de um fundo municipal de cultura, acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Cultura local. Os municípios que aderirem ao PNC devem também produzir e fornecer informações regulares para a atualização do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que está sendo construído pelo Ministério da Cultura. Este deverá estabelecer os padrões de cadastramento, tipologias de mapeamentos e formas de geração de informações de maneira a permitir a construção de um sistema de efetivo alcance nacional e a subsidiar a elaboração de políticas públicas. Abaixo, segue a linha do tempo do PNC:



Segundo a comissão responsável pela elaboração do PNC, o plano se trata de um processo compartilhado e contínuo e, como tal, seu amadurecimento e sua realização dependerão permanentemente do acolhimento de diversas articulações políticas e sociais. O PNC surgiu como um mecanismo para "viabilizar o diálogo duradouro entre indivíduos e coletividades criadoras, organizações, movimentos sociais e grupos culturais, empresas e empreendedores que atuem na área cultural, usuários e consumidores e os cidadãos em geral" (PNC-DIRETRIZES, 2008, p. 10).

Entretanto, alguns pontos que compunham o texto inicial do PNC precisaram ser revistos. Isso ficou patente no relato da deputada Fátima Bezerra sobre o Projeto de Lei nº 6.835, de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Cultura. A relatora considerou os pontos positivos do PNC, entretanto destacou a existência de lacunas que precisavam ser preenchidas e sugeriu a contemplação de importantes aspectos presentes na agenda cultural do séc. XXI, tais como cultura digital, cultura e desenvolvimento autossustentável, turismo cultural, cultura e novos suportes de informação e tecnologia, entre outros.

Ao propor um substitutivo para o referido Projeto de Lei, um questionamento orientou a reflexão da relatora: "Que política cultural queremos para o nosso país frente a quatro desafios que se nos apresentam?" Os desafios citados por ela dizem respeito a aspectos culturais da sociedade brasileira e que seguem transcritos abaixo:

1- A diversidade étnico-cultural é nossa grande riqueza: Que política cultural queremos para um País marcado por forte diversidade cultural, fruto de nossa formação histórico- social? Entendida a diversidade cultural como a construção social e histórica das diferenças, como fazer para que as diferentes formas do fazer cultural dos variados grupos étnico-culturais estejam presentes no Plano Nacional de Cultura? Como fazer para que a construção de uma política pública de cultura não tome a identidade nacional como um conjunto monolítico e único, mas que reconheça e valorize as nossas diferenças culturais, “como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade”?

2- a cultura como mecanismo de inclusão social: Que política cultural queremos para um País que, em pleno séc. XXI, ainda apresenta um dos maiores índices de concentração de renda, desigualdade econômica e profundas contradições sociais? Como a cultura pode se tornar um elemento crucial para a inclusão de amplos setores da sociedade que não tem acesso aos bens e equipamentos culturais, uma vez que a exclusão social é também de ordem cultural?

3- a cultura como vetor para a construção de uma cultura política democrática: Que política cultural queremos para um País que, ao longo de sua história, têm uma tradição de autoritarismo que permeia diferentes instâncias do poder e da sociedade? Que mecanismos devemos criar para que a gestão da cultura seja realmente democrática e participativa?

4- a cultura que afirme a identidade da nação: Que política cultural queremos para um País no contexto do processo de globalização, que não é apenas econômica, mas, também, cultural? Que instrumentos legais de preservação, defesa e valorização dos bens culturais nacionais podemos estabelecer numa política cultural que minimize os efeitos perversos da globalização, que tenta homogeneizar os padrões de comportamento e consumo, que influenciam a linguagem e os modos de vida da população?

Considerando tais questionamentos lhes trazemos mais dois para que possam refletir sobre a sua realidade local, o seu município, a sua região.

É possível propor a criação de políticas públicas culturais para o seu município e região?

Para finalizar, reforço a ideia de que os direitos culturais se relacionam com a cultura de cada sociedade e o acesso a esses direitos só será possível a partir do momento que cada indivíduo se sinta responsável pela sua produção cultural. Neste sentido, reporto-me às palavras de Ricardo Oriá:

O direito de produção cultural parte do pressuposto de que todos os homens produzem cultura. Todos somos, direta ou indiretamente, produtores de cultura. É o direito que todo cidadão tem de exprimir sua criatividade ao produzir cultura.

O direito de acesso à cultura pressupõe a garantia de que, além de produzir cultura, todo indivíduo deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade. Trata-se da democratização dos bens culturais ao conjunto da população.

E, finalmente, o direito à memória histórica como parte dessa concepção de Cidadania Cultural, segundo o qual todos os homens têm o direito de ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, a sua tradição e a sua História (ORÍÁ, 2008, p. 21).

Bom curso a todos e todas!

Referências

BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. Direitos humanos e políticas públicas. São Paulo, Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 2).

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

CALABRE, Lia; MOREIRA, Raquel. Financiamento da cultura sob a ótica dos direitos culturais: Possibilidades e desafios do Plano Nacional de Cultura. Políticas Culturais em Revista, v. 5, p. 97-114, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos e Diferenças Culturais: tensões e buscas. *Múltiplas Leituras*, v. 3, p. 65-82, 2009.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 45-56, 2008.

GREGORI, José. Entrevista. In: *Revista Mais Humana* - Nº 1 - Dezembro 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Metas do Plano Estadual de Cultura. Dez/2011.

FERNANDES, J. Ricardo Oriá. A Cultura no ordenamento constitucional brasileiro: impactos e perspectivas In: CONSULTORIA LEGISLATIVA. Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2008.

PLANO NACIONAL de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

PROGRAMA Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. - - Brasília : SDH/Pr, 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS JR., B. Direitos humanos. Um debate necessário. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, Robson dos. Afinal, o que são direitos humanos? *Sociologia: ciência & vida*, São Paulo: Escala, ano I, n. 5, p. 36 e 39, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Cultura, mercado e políticas públicas: breves considerações. In: *Revista Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e patrimônio*. Vol. 02, n.º 04, 2º Semestre de 2007.

Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. (Institui o Plano Nacional de Cultura)

Projeto de Lei No 6.835, DE 2006. (Aprova o Plano Nacional de Cultura)

Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Links Importantes

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/>

<http://www.humanrights.com/what-are-human-rights/brief-history/cyrus-cylinder.html>

<https://pt-br.facebook.com/planonacionaldecultura>

<http://pnc.culturadigital.br/>

<http://br.youthforhumanrights.org/>

<http://pnc.culturadigital.br/plano-nacional-de-cultura-principais-momentos-de-uma-construcao-democratica/>

<http://www.prr4.mpf.gov.br/pesquisaPauloLeivas/index.php?pagina=PIDESC>

Vídeos

<https://www.youtube.com/watch?v=CpsGlcptwFU>

https://www.youtube.com/watch?v=j33hoi_Cn7Y - Direitos Humanos para Crianças

<https://www.youtube.com/watch?v=fTk5SNMRKTs> - Turma da Mônica: Um plano para salvar o planeta

<https://www.youtube.com/watch?v=Jw2wW-Rh4f4> - Trajetória dos Direitos Humanos

<https://www.youtube.com/watch?v=tDzOf2-iryY> - Os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

<https://www.youtube.com/watch?v=kcA6Q->

[IPIKE&index=2&list=PLIL95GPknTWs844I2i3-fYQFi-8eKcYsJ](https://www.youtube.com/watch?v=kcA6Q-IPIKE&index=2&list=PLIL95GPknTWs844I2i3-fYQFi-8eKcYsJ) - A História dos Direitos Humanos

